



ANO 13 Nº 5
Maio de 2004

Carta de Conjuntura FEE

GOVERNO DO ESTADO DO RIO GRANDE DO SUL
Secretaria da Coordenação e Planejamento
FUNDAÇÃO DE ECONOMIA E ESTATÍSTICA
Siegfried Emanuel Heuser

Há recuperação à vista?

A economia brasileira iniciou o ano na expectativa de recuperação do desempenho negativo de 2003. Otimista, o Governo previu um crescimento de 3,5% para o PIB, baseado em sinais bastante claros de uma retomada, surgidos no segundo sem./03: redução do desemprego, crescimento da produção física da indústria e aumento das exportações somados aos bons resultados da agricultura. Além disso, uma certa flexibilização do ambiente macroeconômico, representada pela trajetória declinante da taxa de juros a partir de julho, passou a influenciar o ânimo dos empresários no sentido do aquecimento de seus negócios.

Nos indicadores econômicos já divulgados para o início deste ano, entretanto, as coisas não parecem estar andando muito bem. Com exceção das exportações e das vendas do comércio varejista, que seguem uma trajetória ascendente, a taxa de desemprego voltou a crescer, o rendimento médio das pessoas ocupadas caiu, a recuperação industrial interrompeu-se, e mesmo a safra de grãos teve sua estimativa reduzida (deve crescer 1,53% no ano) em função da estiagem na Região Sul. A pergunta que se coloca é até que ponto a esperada retomada do crescimento está comprometida.

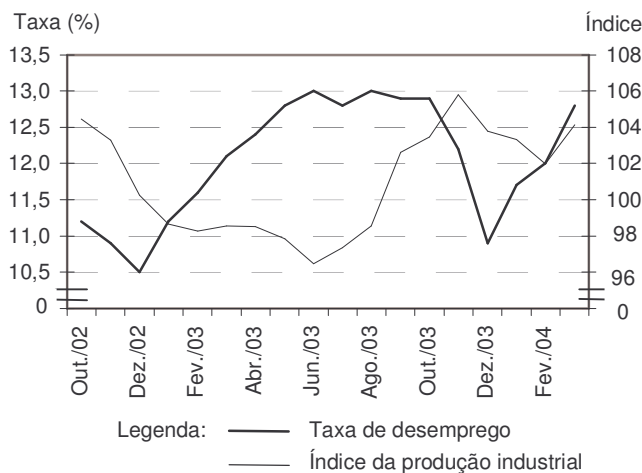
O gráfico abaixo reúne os dois indicadores mais importantes para avaliar o desempenho de uma economia como a brasileira, que tem a maior parte da população vivendo em cidades e reduzida participação da agropecuária no PIB. Eles são a produção física da indústria e a taxa de desemprego urbano. Ambas as variáveis pintam um horizonte sombrio. O índice de base fixa da produção industrial, que crescerá 9,6% em jun.-nov., caiu 3,6% em dez.-fev. e subiu 2,1% em março, ainda 1,6% inferior a novembro. Já a taxa de desemprego segue sua tendência sazonal: redução de 13% para 10,9% em ago.-dez. e crescimento desde janeiro até os 12,8% de março. O nível, entretanto, permanece superior ao de 2003, 4,5% em janeiro e 5,8% em março. A mesma pesquisa de desemprego mostra que o rendimento das pessoas ocupadas, que caíra 24,2% entre dez./02 e set./03 e havia crescido 19,5% de então até dezembro, voltou a cair a partir de janeiro do corrente ano, somando uma redução de 13,8% até fev./04. Outro indicador é o volume de vendas do comércio, que apenas em dezembro, e após 11 meses de declínio, teve sua taxa de crescimento em relação ao mesmo mês do ano anterior positiva (3,21%). O índice subiu em janeiro (5,98%) e reduziu-se um pouco em fevereiro (5,11%), mas manteve, no acumulado, uma queda de 2,41%.

Para saber se esses indícios negativos serão passageiros ou exprimem uma tendência para o restante do ano, é preciso avaliar tanto a política econômica como a cena internacional.

A conjuntura mundial apresenta elementos negativos para o Brasil, a começar pela maior aversão ao risco dos investidores, pela esperada mudança na política monetária norte-americana (elevação dos juros) e pela redução do crescimento chinês num ano em que as amortizações da dívida externa serão significativamente elevadas. Tudo se combina para solapar a frágil estabilidade cambial alcançada a duras penas em 2003, causa da desvalorização do real no começo de maio. Seus efeitos sobre o crescimento econômico são um filme já reprisado várias vezes.

Entretanto é sobre a condução da política econômica que devem recair as maiores responsabilidades pelo provável adiamento da esperada retomada do desenvolvimento, dessa vez prometida com justiça social. A interrupção da trajetória de declínio da taxa de juros gerou um clima de desânimo entre os empresários do setor produtivo, à qual se somou o esforço do Tesouro Nacional em manter o superávit primário além da meta, *per se* já bastante elevada, o que também explica a decisão de dar um aumento real irrisório ao salário mínimo. Essas três decisões aprofundam o ambiente anticrescimento gerado pela agenda conservadora do Governo, ao mesmo tempo em que o cenário externo aponta maiores turbulências, que, pelo retrospecto, serão respondidas com mais arrocho fiscal e monetário. Parece não haver recuperação à vista. A não ser que... haja mudança.

Índice da produção industrial e taxa de desemprego no Brasil — out./02-mar./04



FONTE: IBGE.

Luiz A. E. Faria (FEE/NEI)

A balança comercial do RS no primeiro trimestre de 2004

Analisando a balança comercial do RS, constata-se que as exportações de produtos básicos se elevaram 110,6% em relação ao primeiro trimestre de 2003, e sua participação nas vendas do Estado passou para 31,7% contra os 21,8% registrados em jan.-mar./03. Além do trigo, sobressaem-se, dentre os básicos, a soja (grão e farelo), o fumo e a carne de frango. Pelo lado das importações, o maior destaque, dentre os produtos básicos, foi o óleo bruto de petróleo, responsável por, aproximadamente, 30% do total importado pelo Estado.

Os manufaturados representaram 55,0% das exportações e 59,7% das importações em jan.-mar./04. Os produtos manufaturados mais exportados pelos gaúchos no período foram: calçados, máquinas agrícolas, material de transporte e móveis. Dentre os importados, destacaram-se peças para tratores, microprocessadores e motores diesel.

Os principais semimanufaturados exportados pelo RS nos primeiros três meses de 2004 foram: óleo de soja em bruto e pasta química de madeira. Dentre os importados, tiveram relevância naftas e produtos para as fábricas de adubos e fertilizantes, como uréia, potássio e amônia.

Balança comercial, por fator agregado,
do RS — jan.-mar./2003-04

FATORES AGREGADOS	EXPORTAÇÕES			IMPORTAÇÕES		
	Jan.- -Mar./ /04	Jan.- -Mar./ /03	Δ%	Jan.- -Mar./ /04	Jan.- -Mar./ /03	Δ%
	(1)	(1)		(1)	(1)	
Básicos	658	313	110,6	378	319	18,5
Industrializados (A + B)	1 392	1 098	26,8	697	642	8,6
A - Semimanufaturados	250	203	22,9	55	42	30,2
B - Manufaturados	1 142	894	27,7	642	599	7,1
Operações Especiais	26	24	5,4	-	-	-
TOTAL	2 076	1 435	44,7	1 075	961	11,9

FONTE: MDIC/SECEX/DEPLA/GEREST.

(1) Em US\$ milhões.

Teresinha Bello (FEE/NERI)

O Rio Grande do Sul destaca-se em investimentos no agronegócio

Os anúncios de investimentos em 2003 consolidados pelo BNDES, quando examinados por setor, projeto e unidade federativa, permitem observações interessantes. Uma delas é a de que os setores do agronegócio que vêm sendo altamente dinâmicos e agressivos com relação ao mercado externo e que passaram por um profundo processo de reestruturação patrimonial e internacionalização — soja, açúcar e álcool e bebidas — concentram 67% do volume de investimentos (soja e açúcar sozinhos respondem por 52% das decisões de investir). Além do mais, evidencia-se uma grande concentração de recursos em poucos projetos, pois 8,6% do total dos relacionados somam 35% dos investimentos anunciados.

Em termos espaciais, o Rio Grande do Sul concentra e divide com São Paulo as decisões de investir e lidera os megainvestimentos com projetos nas áreas de soja e bebidas. Na soja, trata-se de um grande investimento de multinacionais (consórcio Bunge/Dupont) para a expansão da produção de proteínas concentradas destinadas ao mercado internacional, produto da transformação industrial incomparavelmente mais nobre que o próprio óleo, cujas exportações brasileiras são praticamente realizadas pelo estado gaúcho. Não estaria ha-

vendo uma divisão regional do trabalho na cadeia da soja, no Brasil?

Indicadores de dinamismo do agronegócio do Rio Grande do Sul

DISCRIMINAÇÃO	VALORES
Total de anúncios de investimentos em 2003 (US\$ 1 000)	1 199 000
Rio Grande do Sul	
Bebidas	108 000
Soja	100 000
Fumo	88 000
Subtotal	296 000
São Paulo	
Açúcar e álcool	279 000
Outros	10 000
Subtotal	289 000
Outros	614 000
Preços médios das exportações - média 2000-03 (US\$/t)	
Proteínas de soja	2 281
Óleo de soja bruto	398
Farelo de soja	182

FONTE: MDIC.

Maria D. Benetti (FEE/NEA)



Tenha acesso a esta e a outras
publicações em
nossa Home Page
www.fee.rs.gov.br

**Carta
de
Conjuntura FEE**

Renda familiar afeta a situação dos jovens no mercado de trabalho da RMPA

Além da falta de experiência, a origem familiar dos jovens também interfere nas suas condições de inserção no mercado de trabalho. A esse respeito, dados da tabela sobre a situação dos jovens de 16 a 24 anos no mercado de trabalho da RMPA em 2003 permitem constatar que os jovens pertencentes às famílias do Grupo 1 — que corresponde aos 25% das famílias com menor rendimento — apresentavam menor engajamento no mercado de trabalho em comparação aos jovens do Grupo 2 — que corresponde aos 25% das famílias com maior rendimento —, pois a taxa de participação dos primeiros era de 57,4%, e a dos últimos, de 70,9%. Essa evidência é, de certa forma, surpreendente, na medida em que se esperaria que os jovens que pertencessem às famílias de nível de renda mais baixo fossem pressionados a ingressar com maior intensidade no mercado de trabalho.

Não obstante participarem menos do mercado de trabalho, os jovens do Grupo 1 registravam maior taxa de desemprego (56,4%) em relação aos do Grupo 2 (20,6%) na RMPA, em 2003. Dentre os jovens desempregados, os do Grupo 1 também apresentavam escolaridade mais baixa — 36,1% tinham escolaridade fundamental incompleta contra apenas 7,6% dos do Grupo 2 —, indicando que os primeiros têm na escolaridade um *handicap* em seu processo de inserção no mercado de trabalho. Dentre outros aspectos, sugere-se que isso pos-

sa estar associado a um ingresso prematuro dos jovens oriundos de famílias de baixa renda no mercado de trabalho, prejudicando o seu processo de progressão escolar, o que é reforçado pelo fato de que a proporção de jovens desempregados do Grupo 1 sem experiência anterior de trabalho (27,6%) era muito inferior à do Grupo 2 (40,9%).

Indicadores selecionados do mercado de trabalho, segundo grupos de rendimento familiar, para jovens de 16 a 24 anos, na RMPA — 2003

INDICADORES	GRUPO	
	1 (1)	2 (2)
Taxa de participação	57,4	70,9
Taxa de desemprego	56,4	20,6
Proporção de desempregados com ensino fundamental incompleto	36,1	7,6
Proporção de desempregados sem experiência anterior de trabalho	27,6	40,9

FONTE: PED-RMPA - Convênio FEE, FGTAS/SINE-RS, SEADE-SP, DIEESE e apoio PMPA.

(1) Jovens pertencentes aos 25% das famílias com menor rendimento familiar. (2) Jovens pertencentes aos 25% das famílias com maior rendimento familiar.

Raul Luís Assumpção Bastos (FEE/PED)

Reciclagem de resíduos sólidos no Brasil: RS em destaque

A **Pesquisa Nacional de Saneamento Básico 2000** do IBGE indica que, dentre os 5.507 municípios brasileiros, 451 (8,2% do total) dispunham de coleta seletiva de resíduos sólidos e 352 (6,4%) contavam com reciclagem. No Rio Grande do Sul, dos 467 municípios existentes na época da pesquisa, 138 (29,6%) possuíam o serviço de coleta seletiva, e 105 (22,5%) tinham reciclagem, sendo estas as maiores médias respectivas entre todos os estados brasileiros. Observa-se que os 138 municípios gaúchos com coleta seletiva correspondem a 30,6% do total de municípios no País com esse serviço. Por outro lado, do total de 228 mil toneladas de resíduos coletados diariamente no País, apenas 3,9% eram encaminhados para estações de triagem ou de compostagem, enquanto, no RS, esse percentual chegava a 11,0%.

Embora as atividades de coleta e reciclagem de resíduos venham apresentando grande crescimento e diversificação nos últimos anos, diversas formas de irregularidades mantêm-se nessa produção. Essas irregularidades dizem respeito, principalmente, à permanência de um vasto setor de trabalhadores informais atuando em lixões a céu aberto ou nas ruas, em condições de completa vulnerabilidade e precariedade. O Fórum Estadual Lixo e Cidadania estima em cerca de 11.000 o número de trabalhadores nessa situação, no RS, inclusive com relatos de trabalho escravo em depósitos clandestinos. Outras irregularidades frequentes nas atividades de coleta e reciclagem de resíduos sólidos referem-se a questões ambientais, fiscais e legais.

Municípios com serviços de coleta seletiva e de reciclagem, por unidades da Federação selecionadas e Brasil — 2000

UNIDADES DA FEDERAÇÃO	TOTAL DE MUNICÍPIOS	MUNICÍPIOS COM COLETA SELETIVA		MUNICÍPIOS COM RECICLAGEM	
		Número	%	Número	%
Bahia	415	12	2,9	7	1,7
Minas Gerais	853	37	4,3	39	4,6
Paraná	399	73	18,3	39	9,8
Rio Grande do Sul	467	138	29,6	105	22,5
Santa Catarina	293	63	21,5	49	16,7
São Paulo	645	82	12,7	57	8,8
Brasil	5 507	451	8,2	352	6,4

FONTE DOS DADOS BRUTOS: Pesquisa Nacional de Saneamento Básico 2000. IBGE, 2002.

Clítia Helena Martins (FEE/NIS)

Superávit primário *versus* endividamento do setor público

O resultado primário das contas públicas, englobando o Governo Central, estados e municípios e suas empresas estatais, é medido através da diferença entre receita e despesa do setor público, excluindo os gastos com juros das dívidas interna e externa. A meta de superávit primário a ser atingida pelo País é um dos principais critérios de desempenho acompanhados pelo FMI, tendo alcançado R\$ 20,53 bilhões, o equivalente a 5,41% do PIB, no primeiro trimestre de 2004. Somente no mês de março, o superávit primário obteve um recorde de R\$ 10,28 bilhões. O resultado do trimestre ficou acima da meta acordada com o FMI, que é de R\$ 14,50 bilhões para esse período. Contribuiu para essa performance o aumento da receita do Tesouro Nacional, em vista da elevação da arrecadação total dos tributos decorrente, sobretudo, dos efeitos da nova cobrança da Cofins. O desempenho obtido nesse primeiro trimestre de 2004 foi menor do que o atingido no mesmo intervalo de 2003, quando o superávit primário somou R\$ 22,84 bilhões para uma meta de R\$ 15,40 bilhões.

Necessidade de financiamento do serviço público (NFSP) e dívida líquida do setor público (DLSP) no Brasil, em períodos selecionados

a) NFSP				
DISCRIMINAÇÃO	JAN-MAR/03		JAN-MAR/04	
	Valor (R\$ bilhões)	% do PIB	Valor (R\$ bilhões)	% do PIB
NFSP nominal	22,06	6,32	10,82	2,85
Juros nominais	44,89	12,87	31,35	8,26
NFSP primário	-22,84	-6,55	-20,53	-5,41

b) DLSP				
DISCRIMINAÇÃO	DEZ/03		MAR/04	
	Valor (R\$ bilhões)	% do PIB	Valor (R\$ bilhões)	% do PIB
DLSP total	913,15	58,7	924,44	57,4
DLSP interna	726,69	46,7	747,62	46,4
DLSP externa	186,46	12,0	176,83	11,0

FONTE: Ministério da Fazenda.
Bacen.

Por sua vez, o pagamento de juros da dívida pública alcançou R\$ 31,35 bilhões, ocorrendo um déficit nominal (resultado primário mais juros nominais) de R\$ 10,82 bilhões no primeiro trimestre de 2004. Esse montante é bem inferior ao despendido com os juros no mesmo período do ano anterior — R\$ 44,89 bilhões. Isso reflete, de um lado, a redução da taxa de juros e a conseqüente diminuição dos encargos do Governo e, de outro, a estabilidade cambial.

Quanto ao estoque da dívida líquida do setor público, o mesmo atingiu R\$ 924,44 bilhões, o equivalente a 57,4% do PIB até março de 2004, o que significou um montante abaixo da meta indicativa acertada com o FMI de alcançar R\$ 995,80 bilhões nesse período. O percentual registrado de dívida pública não é dos mais elevados, pois muitos países desenvolvidos possuem endividamentos acima desse patamar. O que agrava a questão dessa dívida no País são seu ritmo de crescimento e suas condições de pagamento com prazos muito curtos.

O principal componente da dívida pública é a dívida mobiliária do Tesouro Nacional (títulos públicos federais), cujo estoque alcançou o valor de R\$ 710,51 bilhões. Já a composição da mesma vem evidenciando uma melhora, com redução da parcela atrelada ao câmbio e um crescimento da participação dos títulos pré-fixados (LTN), ocorrendo uma alteração do perfil da dívida, reduzindo sua vulnerabilidade às oscilações do dólar. O que se verifica é que a dívida pública tem a sua dinâmica influenciada por diferentes variáveis, tais como a taxa de câmbio, os esqueletos (dívidas de exercícios anteriores), a taxa de juros, o crescimento do PIB e o resultado primário. Nesse sentido, a relação dívida/PIB terá uma trajetória declinante, se for mantida uma estabilidade cambial, com redução dos juros reais aliada a uma retomada do crescimento econômico.

Isabel Noemia Rückert (FEE/NEESF)

CARTA DE CONJUNTURA FEE (elaborada com informações até 14.05.04).

ISSN 1517-7264

A **Carta de Conjuntura FEE** é uma publicação mensal de responsabilidade dos editorialistas. As opiniões não exprimem um posicionamento oficial da FEE ou da Secretaria da Coordenação e Planejamento.

Tiragem: 1.200 exemplares.



Fundação de Economia e Estatística
Siegfried Emanuel Heuser

Presidente: Aod Cunha de Moraes Junior

Diretor Técnico: Álvaro Antônio Louzada Garcia

Diretor Administrativo: Antonio Cesar Gargioni Nery

Conselho Editorial da Carta: Álvaro Antônio Louzada Garcia, Adalberto Alves Maia Neto, Octavio Augusto Camargo Conceição e Roberto da Silva Wiltgen.

Núcleo de Dados: Marilene Gauer (coordenação), Ana Maria de Oliveira Feijó e Jussara Lima do Nascimento.

Fundação de Economia e Estatística Siegfried Emanuel Heuser

Rua Duque de Caxias, 1691 - Porto Alegre

CEP 90010-283

E-mail: conjuntura@fee.tche.br

www.fee.rs.gov.br

Editoração

Supervisão: Valesca Casa Nova Nonnig. Secretária: Luz Da Alva Moura da Silveira.

Revisão

Coordenação: Roselane Vial. Revisores: Breno Camargo Serafini, Rosa Maria Gomes da Fonseca, Sidonia Therezinha Hahn Calvete e Susana Kerschner.

Editoria

Coordenação: Ezequiel Dias de Oliveira. Composição, diagramação e arte final: Cirei Pereira da Silveira, Denize Maria Maciel, Ieda Koch Leal e Rejane Maria Lopes dos Santos. Conferência: Elisabeth Alende Lopes, Lenoir Buss e Rejane Schimitt Hübner. Impressão: Cassiano Osvaldo Machado Vargas e Luiz Carlos da Silva.